

RELATÓRIO
DE ATIVIDADES
— 2023

ANDI
Comunicação
e Direitor





Relatório de Atividades 2023

Nome: ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância

Nome Fantasia: ANDI – Comunicação e Direitos

Endereço: SDS Ed. Miguel Badya, Bloco L, Salas 316 e 318 –
Brasília/DF. CEP: 70394-901

CNPJ: 36.751.345/0001-24

Apresentação

O relatório de atividades de 2023 da ANDI – Comunicação e Direitos reúne os projetos e as ações coordenados e desenvolvidos pela instituição ao longo deste ano. Infância e Juventude, Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável e Políticas de Comunicação são as três áreas de atuação nas quais as iniciativas são focadas.

Assim sendo, devido ao compromisso com a missão da ANDI, os projetos abarcados pelo presente documento têm como finalidade potencializar a comunicação como instrumento de garantia de direitos e promoção da diversidade e da inclusão social para o enfrentamento das diversas desigualdades estruturais.

Em constante evolução, a ANDI construiu novas parcerias após o final do triênio à frente da secretaria executiva da Rede Nacional Primeira Infância (RNPI) que findaria em dezembro de 2020, mas foi prorrogado até dezembro de 2021 por conta da pandemia do coronavírus.

E, com as mudanças, surgiu o Movimento Agenda 227, cujo objetivo inicial era qualificar o debate eleitoral de 2022, proporcionando às candidaturas à Presidência da República, à imprensa e a toda a sociedade um diagnóstico das questões mais urgentes relacionadas aos direitos da população com idade entre zero e 18 anos.

Ao mesmo tempo, buscou-se apontar caminhos efetivos para que o novo governo, empossado em janeiro de 2023, pudesse colocar a infância e a adolescência no centro da construção de um Brasil mais justo, próspero, inclusivo e sustentável para todos – fazendo valer, em sua integralidade, o paradigma da “absoluta prioridade” estabelecido pelo artigo da Constituição que dá nome ao movimento.

Além disso, em 2022, a ANDI investiu no fortalecimento de suas ações relacionadas à comunicação e ao jornalismo, seus principais campos de atuação. O cerne da comunicação da ANDI é participar do fortalecimento e da mobilização para a produção de conteúdos relevantes sobre a temática de direitos humanos e sustentabilidade, além da qualificação de jornalistas e comunicadores para a divulgação dessa agenda. Com isso, a instituição focou em produtos como o clipping Infância na Mídia, a atualização constante do site, e de todas as mídias sociais (Instagram, Facebook etc.) como estratégia para a divulgação de informações sobre os temas da agenda da ANDI.

Para iniciar o relatório, a ANDI traz uma breve e resumida exposição de sua história. Boa leitura!

Nossa história

A ANDI – Comunicação e Direitos foi criada formalmente em 1993, mas atua de maneira voluntária na promoção da defesa e garantia dos direitos humanos, da inclusão social e desenvolvimento sustentável e das políticas de comunicação desde 1990. Suas ações fundamentam-se na difusão e enrobustecimento de um diálogo profissional e ético entre redações, associações da imprensa, faculdades de comunicação, poderes públicos, organismos internacionais, setor privado e sociedade civil, com base nos princípios da mídia para o desenvolvimento.

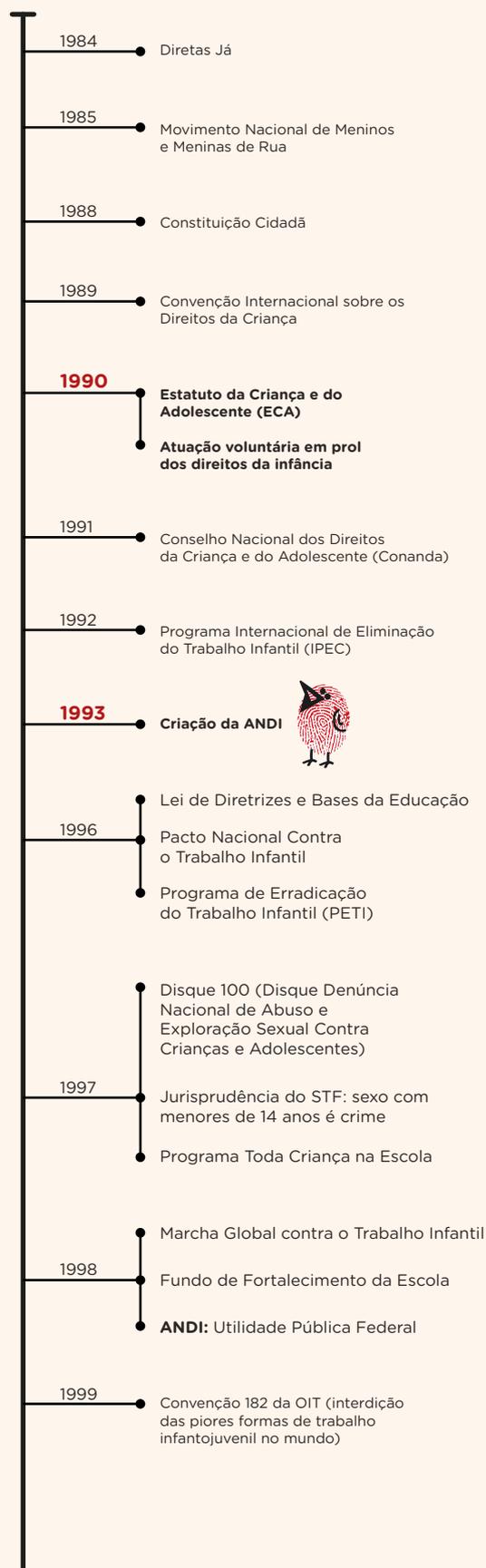
Ao longo de sua trajetória, a ANDI recebeu mais de 50 prêmios, homenagens, condecorações, títulos e menções honrosas, como o Grande Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo; Prêmio Líbero Badaró; Prêmio Criança e Paz, concedido pelo UNICEF; Prêmio UNESCO; Prêmio Criança, concedido pela Fundação Abrinq e outros.

A tecnologia social construída pela ANDI passou a ser reaplicada de forma abrangente, levando à formação de duas redes: Rede ANDI Brasil (entre 2000 e 2013, atuante em 12 unidades da Federação) e Rede ANDI América Latina (desde 2003 presente em 13 países).

Em 2011, a ANDI reavaliou seus propósitos e ressignificou sua existência, depois de analisada a crescente contribuição e incidência, abrangendo outras áreas temáticas. Desde então, passou a ser denominada ANDI – Comunicação e Direitos, tendo a sua missão ampliada, manifestando-se segundo três vetores: Infância e Juventude, Inclusão e Sustentabilidade e Políticas de Comunicação.

Linha do Tempo

Esta linha do tempo demonstra a história da conquista de direitos no Brasil e registra alguns de seus marcos, na perspectiva de recompor o contexto socioeconômico e político que motivou a criação da ANDI, legitimou e continua a validar o trabalho da organização.



A partir de janeiro de 2018, a ANDI assumiu a secretaria executiva da Rede Nacional Primeira Infância (RNPI) pelo triênio que findaria em dezembro de 2020, mas foi prorrogado até dezembro de 2021 por conta da pandemia do coronavírus.

Durante o quadriênio (2018–2021), a ANDI coordenou projetos como: Primeira Infância é Prioridade e a Campanha Criança é Prioridade nas Eleições. Além disso, idealizou e promoveu o lançamento da plataforma Observa – Observatório do Marco Legal da Primeira Infância, e apoiou a reedição das publicações: “Plano Nacional pela Primeira Infância”, e “Guia para elaboração dos Planos Municipais pela Primeira Infância”.

A RNPI é a maior rede para defesa da Primeira Infância do Brasil. Pelo amplo escopo dos seus mais de 200 membros (sociedade civil, representantes governamentais, institutos e fundações públicas e privadas, organizações do sistema ONU, universidades etc.), a sua capacidade de articulação e poder de advocacy ganhou ascensão nacional e força regional, atuando para o desenvolvimento integral da criança pequena por meio de ações intra e intersetoriais.

Findo o período à frente da RNPI, a ANDI desenvolveu novas parcerias e projetos, com vistas a fortalecer ações de comunicação para mobilizar a sociedade em diferentes âmbitos em prol da efetiva defesa de direitos, especialmente da infância e da adolescência. Um bom exemplo é o Movimento Agenda 227, que surgiu com o objetivo de qualificar o debate eleitoral de 2022, proporcionando às candidaturas à Presidência da República, à imprensa e a toda a sociedade um diagnóstico das questões mais urgentes relacionadas aos direitos da população de zero a 18 anos. O movimento segue atuando após as eleições presidenciais.



A ANDI

Missão: Potencializar a comunicação como instrumento de garantia de direitos e promoção da diversidade da inclusão social para o enfrentamento das desigualdades estruturais.

Visão: Ser agente de transformação em prol da construção e qualificação de políticas de proteção socioambiental por meio de estratégias de comunicação.

Valores:

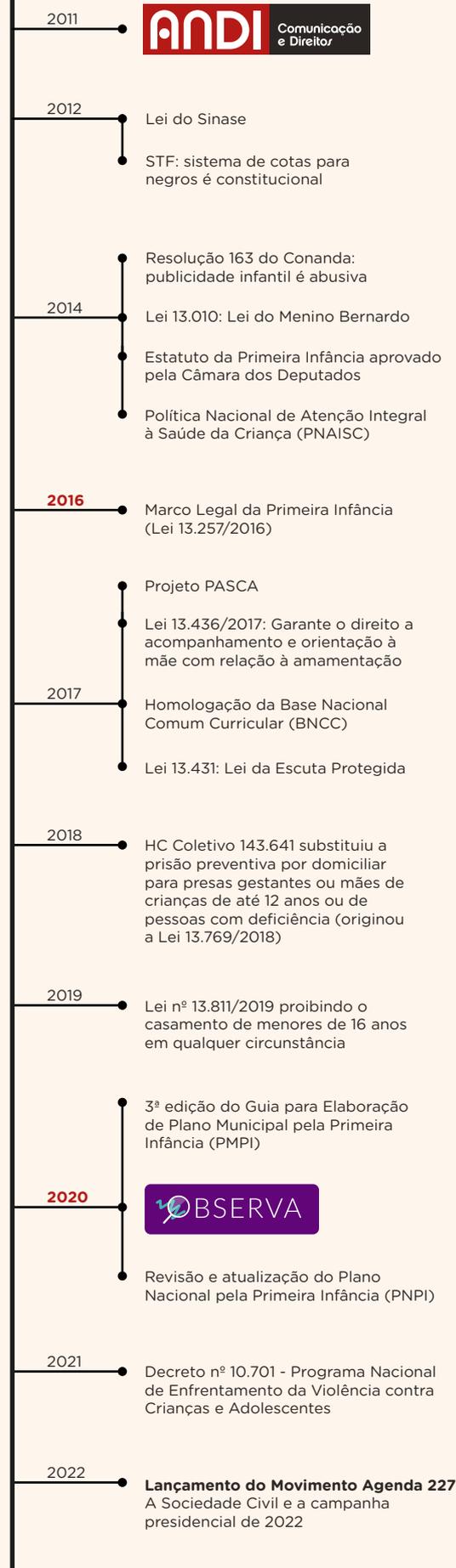
- Valorização da diversidade;
- Promoção da equidade;
- Pluralidade de ideias;
- Ética e transparência;
- Transformação social;
- Compromisso com a qualidade;
- Construção coletiva e participativa;
- Engajamento e afetividade.

Estrutura legal e órgãos de governança da ANDI

A ANDI, fundada em 18 de maio de 1993, é uma associação privada, sem fins lucrativos e de fins não econômicos, democrática e pluralista.

São órgãos de governança da ANDI: Assembleia Geral; Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

I. Assembleia Geral A Assembleia Geral é o órgão deliberativo máximo da ANDI, composto por todos os associados em pleno gozo de seus direitos estatutários.



II. Diretoria Executiva A Diretoria Executiva é o órgão executivo, responsável pela administração e organização da ANDI, sendo composta por 3 (três) membros:

- Um Diretor Executivo;
- Um Diretor Administrativo-Financeiro;
- Um Diretor de Projetos.

III. Conselho Fiscal O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizador da administração da ANDI, dotado de competência para:

- Opinar sobre os relatórios financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo parecer;
- Emitir parecer sobre as contas anuais, incluindo o inventário, o balanço patrimonial e o balanço de resultado econômico;
- Expor à Assembleia Geral as irregularidades ou erros porventura encontrados, sugerindo medidas necessárias ao saneamento respectivo;
- Propor a realização de auditoria externa independente e acompanhar o trabalho dos auditores.

Equipe

Miriam Izabel Albernaz Cordeiro
Diretora Executiva

Ana Potyara Tavares
Diretora Administrativa Financeira

Vanessa Miranda
Assistente Financeira

Mariana Rodrigues da Silva
Assistente de Diretoria

Antônia Conceição
Auxiliar Administrativa

Flávia Falcão
Jornalista

Breno Procópio
Consultor de Mídias

Aline Macedo
Designer Gráfica

Ivanete Cardoso
Serviços Gerais

Consultores da ANDI

- Diana Barbosa
- João José Miguel (Veet Vivarta)
- Marcos Urupá
- Marcus Fuchs
- Thais Malheiros Gawryszewsky

Conselho

- Antonio Augus
- Bia Barbosa
- Flávio Debique
- Letícia Leobet
- Marcos Daudt
- Cida Camarano
- Raquel Fuzaro

Conselho Fiscal

- Michelle Amaro Meneses
- Milton Ferreira de Carvalho

Financiadores

- Instituto Alana
- Instituto Itaú para Educação e Cultura
- Instituto Rodrigo Mendes
- Fundação Bernard van Leer
- Fundação FEAC
- Fundação José Luiz Egydio Setúbal
- Fundação Maria Cecília Souto Vidigal – FMCSV
- Fundação Tide Azevedo Setubal
- Escola de Gente
- PASCA
- União Nacional dos Conselhos Municipais da Educação (UNCME)
- United Way Brasil

Projetos



O movimento nasceu com o objetivo de qualificar o debate eleitoral de 2022, proporcionando às candidaturas à Presidência da República, à imprensa e a toda a sociedade um diagnóstico das questões mais urgentes relacionadas aos direitos da população de 0 a 18 anos. Concomitantemente, buscou-se apontar caminhos efetivos para que o novo governo, a ser empossado em janeiro de 2023, pudesse colocar as crianças e os adolescentes no centro da construção de um Brasil mais justo, próspero, inclusivo e sustentável para todos – fazendo valer, em sua integralidade, o paradigma da “absoluta prioridade” estabelecido pelo artigo da Constituição Federal que dá nome ao movimento.

Principais ações:

- Gestão das instâncias de governança da Agenda 227.
- Incidência para fortalecer a gestão intersetorial das políticas públicas em benefício da atenção integral a crianças e adolescentes, considerando a defesa e promoção da inclusão, acessibilidade e interseccionalidade.
- Incidência pela criação de uma coordenação interministerial dos DCAs.
- Incidência pela adoção da metodologia GSC&A pelo governo federal.
- Incidência junto ao governo federal para promover políticas públicas para crianças e adolescentes em todo o orçamento público federal, considerando a defesa e promoção da acessibilidade, inclusão e interseccionalidade para a garantia de equidade nas múltiplas infâncias e adolescências.
- Incidência para que crianças e adolescentes tenham acesso a políticas públicas de qualidade em condições de equidade, considerando suas diversidades e vulnerabilidades.
- Fortalecimento da participação da sociedade civil em espaços de deliberação de políticas públicas pelos DCAs.
- Mobilização social com amplitude nacional e regional de coordenação, para a promoção de diálogos, audiências e espaços em várias frentes, com perspectiva de fortalecimento das políticas públicas.
- Atuação junto ao Congresso Nacional.
- Estruturação da atuação e incidência em eleições.
- Sistematização e compartilhamento da metodologia da Agenda 227.
- Comunicação para mobilização.
- Diálogo com os parceiros investidores.

Institucional

Desde a sua criação, a ANDI atua no âmbito dos direitos da infância e da adolescência, além de outros temas da agenda socioambiental. Esse trabalho só é possível devido às estratégias de mobilização, monitoramento, qualificação e reaplicabilidade que são a base dos projetos realizados pela entidade. Assim sendo, o foco da comunicação da ANDI é contribuir para o fortalecimento de alguns dos papéis centrais da mídia, em especial no que diz respeito à produção de conteúdos relevantes sobre a temática de direitos humanos e sustentabilidade, além da qualificação de jornalistas e comunicadores para a divulgação dessa agenda.

Principais ações:

- Atualização do site da ANDI.
- Atualização das redes sociais da ANDI:
 - › Instagram
[instagram.com/andi_direitos](https://www.instagram.com/andi_direitos);
 - › Facebook
[facebook.com/andi.direitos](https://www.facebook.com/andi.direitos);
 - › YouTube
[youtube.com/@andi_direitos](https://www.youtube.com/@andi_direitos);
 - › LinkedIn
[linkedin.com/company/andi-org](https://www.linkedin.com/company/andi-org);
 - › Twitter
twitter.com/andi_direitos.
- Produção de campanhas de e-mail marketing para divulgar as ações da ANDI e de parceiros.
- Organizar e atualizar o mailing ANDI.
- Uso de ferramentas de gestão e produção de conteúdos.
- Atendimento à imprensa.
- Divulgação de novos indicadores do Observa.
- Atualização das redes sociais do Observa.
- Atualização das notícias da plataforma Observa.
- Divulgação dos conteúdos do Movimento Agenda 227 nos canais da ANDI.
- Mobilização das organizações signatárias do Movimento Agenda 227.
- Atualização do site do Movimento Agenda 227.
- Produção de conteúdo das redes sociais do Movimento Agenda 227.
- Produção e divulgação do clipping Infância na Mídia.
- Divulgação de eventos que a ANDI participa.
- Criar identidade visual dos eventos promovidos pela ANDI.
- Elaborar estratégia de e-mail marketing para divulgar eventos da ANDI.
- Elaborar conteúdos para as redes sociais para divulgação de eventos com a participação da ANDI.

PASCA

O Projeto PASCA, sigla que significa Participação da Sociedade Civil na Cúpula das Américas, busca desenhar e estabelecer um mecanismo eficaz e sustentável para a participação das organizações da sociedade civil nas Cúpulas das Américas. No tocante ao cenário nacional, seis organizações aceitaram se unir à ANDI, ponto focal do o Foro Ciudadano de las Americas no Brasil – FCA-Brasil, em 2020. Tais entidades são: Articulação Nacional de Negras Jovens Feministas (ANJF); Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE); Articulação Nacional das Pescadoras (ANP); Interozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social; Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP).

Principais ações:

- Reunião de trabalho com o objetivo de discutir as atividades dos dois trimestres entre julho e dezembro. Participaram representantes de três organizações: Urânia Flores Freitas, do Movimento Nacional de Luta por Direitos da População em Situação de Rua (MNLDPDR); Luciano Caparroz, do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) e Marcos Urupá, da ANDI Brasil. Foram definidas três atividades:

- Atividade 1: Crime organizado no espaço de poder;
 - Atividade 2: igrejas e suas influências nos processos eleitorais e na sociedade;
 - Law fare: o que é? Como se processa na América Latina?
- O cenário nacional do FCA-Brasil fez uma reunião que teve como pauta a avaliação das atividades realizadas até aquele momento e a discussão sobre temas para compor a agenda do trimestre seguinte.
 - Apresentação de proposta cujo tema é o mapeamento de Sistema Digital para Controle de Vacinas dos países que integram o RISE.
 - No dia 20 de novembro, foi realizada a terceira atividade da primeira agenda de trabalho. O tema foi “Law fare: o que é? Como se processa na América Latina?” Participaram do debate Gabriela Araújo, professora de Direito Constitucional da PUC-SP; Alberto Adrianzén, diretor da Revista Quehacer, da organização DESCO (Peru); e Moisés Alves Soares, professor de História do Direito da UFJ e pesquisador do IPDMS. A mediação foi de Luciano Caparroz, do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) e integrante do cenário nacional do FCA-Brasil.

- Reuniões virtuais com os GTs do projeto RISE com vistas à aprovação de projetos a serem apresentados na reunião anual do RISE.
- Atividade da sub-região do Cone Sul e Brasil "Avances y retos para la democracia digital".
- Participação na reunião do Foro Ciudadano de las Americas (FCA) na cidade de Santo Domingo, República Dominicana.
- Participação na segunda edição AMERICAS RISE FOR HEALTH (RISE II), em Punta Cana.
- Participação no Workshop de Advocacy Local, evento realizado na República Dominicana.
- Reunião com a Transparência Internacional Capítulo Brasil.

O Observa – Observatório do Marco Legal da Primeira Infância – trata-se de uma iniciativa da Rede Nacional Primeira Infância (RNPI) e da ANDI, em parceria com a Fundação Bernard van Leer e Petrobras, que disponibiliza indicadores para apoiar a incidência sobre os processos de formulação e implementação das políticas públicas voltadas à primeira infância, visando garantir prioridade a essa agenda em âmbito local e nacional.

Cobrindo as áreas de Assistência Social, Educação, Saúde e Violência, tais indicadores foram desenvolvidos a partir de um amplo processo de discussão, envolvendo gestores públicos e representantes da so-

cidade civil, de organismos multilaterais e de núcleos acadêmicos, tomando como referência as diretrizes estabelecidas no Marco Legal da Primeira Infância (Lei Federal nº 13.257/2016).

Principais ações:

- Análise dos indicadores do Observa.
- Aumento do número de planos municipais no eixo Planos Pela Primeira Infância.
- Atualização do eixo Biblioteca.
- Gerenciamento do contrato com App Cívico.

Anexos

Acessos ao site da ANDI em 2023

Mês	Usuários	Visualizações
Janeiro	10.165	13.407
Fevereiro	10.652	14.647
Março	16.299	22.402
Abril	18.000	25.000
Maio	20.000	27.000
Junho	13.000	18.000
Julho	14.000	22.000
Agosto	16.000	24.000
Setembro	15.000	26.000
Outubro	18.000	28.000
Novembro	15.000	24.000
Dezembro	8.900	13.000

Fontes: Paradox Zero e ANDI – Comunicação e Direitos

Acessos ao Instagram da ANDI em 2023

Mês	Seguidores	Visitas ao perfil	Total de interações
Janeiro	–	–	–
Fevereiro	–	–	–
Março	1.269	388	1.892
Abril	1.528	903	3.001
Maio	1.699	624	3.062
Junho	1.882	646	1.473
Julho	1.966	601	2.012
Agosto	2.112	1.352	2.326
Setembro	2.187	2.422	1.563
Outubro	2.310	1.534	2.268
Novembro	2.343	315	1.514
Dezembro	2.388	148	429

OBS: Não houve monitoramento dos dados de janeiro e fevereiro.



Miriam Pragita, directora executiva da ANDI – Comunicação e Direitos, em visita à Fundação Maria Cecília Souto Vidigal



Miriam Pragita, directora executiva da ANDI – Comunicação e Direitos, e Ana Potyara Tavares, directora administrativa financeira, na posse dos conselheiros do Conanda



Miriam Pragita, directora executiva da ANDI – Comunicação e Direitos, e Veet Vivarta, consultor da ANDI em apresentação do movimento Agenda 227 e entrega do Plano País para o então secretário nacional dos direitos da criança e do adolescente



Miriam Pragita, directora executiva da ANDI – Comunicação e Direitos, em Participação na sessão "Filantropia e políticas públicas: pelo fortalecimento dos direitos de crianças e adolescentes", no Congresso Gife



Ana Potyara Tavares, directora administrativa financeira da ANDI – Comunicação e Direitos, no lançamento do Consea



Participação no Congresso Gife



Miriam Pragita, diretora executiva da ANDI – Comunicação e Direitos; Ana Potyara Tavares, diretora administrativa financeira, e Veet Vivarta, consultor, em reunião no Ministério do Planejamento



Miriam Pragita, diretora executiva da ANDI – Comunicação e Direitos; Ana Potyara Tavares, diretora administrativa financeira, e Marcus Fuchs, consultor, no 12º Congresso Gife – Desafiando Estruturas de Desigualdades



Presença no lançamento da Pesquisa “Lei 10.639/03: a atuação das Secretarias Municipais no ensino de história e cultura africana e afro-brasileira”. Promovida por Geledés Instituto da Mulher Negra e Instituto Alana



Miriam Pragita, diretora executiva da ANDI – Comunicação e Direitos, e Veet Vivarta, consultor, no lançamento de livro da Isabella Henriques



Idem acima



Lançamento da Frente Parlamentar Mista da Criança e do Adolescente



Equipe da ANDI no coquetel em comemoração ao primeiro ano do movimento Agenda 227



Lançamento da Frente Parlamentar Mista da Criança e do Adolescente



Idem à fotografia acima



Equipe da ANDI na reunião de Planejamento da Agenda 227



Evento em alusão à campanha de combate ao abuso e exploração sexual infanto-juvenil no Congresso Nacional



Miriam Pragita, diretora executiva da ANDI – Comunicação e Direitos; Ana Potyara Tavares, diretora administrativa financeira, na entrega do Plano País para o ministro Wellington Dias do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome



Idem à fotografia acima



Encontro dos representantes do Movimento Agenda 227 com o secretário Cláudio, da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente



Idem à fotografia anterior



Apresentação do movimento Agenda 227 e entrega do Plano País ao ministro de Direitos Humanos e Cidadania, Silvio Almeida, pela equipe da ANDI



Encontro do Grupo de Trabalho sobre primeira infância, Conselho – Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS) da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República



Idem à fotografia acima



Documento entregue ao ministro Silvio Almeida no MNDH



Lançamento da Nota Recomendatória, Câmara dos Deputados.



Encontro do JEDUCA



Miriam Pragita, diretora executiva da ANDI – Comunicação e Direitos, no X Simpósio Nacional de Desenvolvimento da Primeira Infância



2ª Plenária do Conselho



Confraternização de final de ano da ANDI, equipe reunida

ANDI Comunicação
e Diretor